

“Preços e distribuição em Sraffa: uma reconsideração” – réplica

MARIO LUIZ POSSAS *

Quando me propus a escrever um ensaio sobre os limites do modelo de preços e distribuição de Sraffa [Possas (1983)], tinha consciência de que me expunha a um alto risco de provocar mal-entendidos na área acadêmica ligada, por *expertise* ou afinidade teórica, à obra desse autor. E isto por duas razões: o caráter “interno” de minha crítica — algo relativamente incomum numa literatura, de resto, repleta de críticas “externas” e nem sempre pertinentes — e um considerável envolvimento ideológico, com sobretons emocionais ainda não de todo dissipados, que a contribuição de Sraffa (1960) adquiriu ao ser utilizada no quadro da controvérsia sobre a teoria neoclássica do capital.

Procurando precaver-me contra esse risco, submeti o original durante meses à opinião de especialistas, cujas objeções foram tanto quanto possível incorporadas ao texto, tornando-o assim muito mais extenso e abrangente do que o estritamente necessário para expor os três ou quatro pontos centrais que pretendia sustentar. Embora muito variadas, tais objeções tinham quase sempre um aspecto comum — o de atribuir-me alguma “incompreensão” dos propósitos ou dos limites, em diferentes níveis, da obra de Sraffa, razão pela qual me vi obrigado a deter-me longamente na delimitação, a mais precisa possível, do escopo do modelo de preços e distribuição de Sraffa, bem como, conseqüentemente, de minhas críticas a ele.

Assim, não é sem algum desconforto, embora sem qualquer surpresa, que recebo de Fábio Anderaos de Araujo, em nota crítica ao meu ensaio, a acusação de ter recriminado Sraffa pelo que este não teria prometido. As objeções em que ela se baseia são improcedentes e, mais que isso, já haviam sido previamente rebatidas, direta ou implicitamente, no próprio ensaio, como pretendo mostrar sucintamente. Senão, vejamos:

a) É evidente ao leitor atento de Sraffa que este “não faz considerações sobre a natureza da tecnologia”, a qual “já está implícita no seu sistema de preços” ao serem dadas as quantidades físicas produzidas de cada mercadoria. De resto, é amplamente conhecida, e eu a menciono expressamente (p. 584), a recusa explícita de Sraffa (1960, p. v) em considerar mudanças

* Do Instituto de Economia da UNICAMP.

de escala, proporção de “fatores” e mudanças de técnica em geral (ao menos na 1.^a parte de seu livro). Trata-se, portanto, de suposição implícita e involuntária do autor, como procurei sustentar minuciosamente (da p. 584 à p. 590) — a menos que se aceite como alternativa, a meu ver ainda menos plausível, o fato de que a estrutura produtiva e a magnitude e composição física do excedente sejam *independentes* da distribuição entre lucros e salários (pp. 590-5). Aliás, não fosse assim, minha crítica não poderia reivindicar o mencionado caráter “interno”.

b) É igualmente evidente que, para Sraffa, e conforme a tradição clássica, produção e distribuição são pensadas como “etapas” distintas — por mais que isso seja discutível, mas este não é o ponto em questão — e que, portanto, o excedente é visto como fisicamente predeterminado, como não deixei de registrar várias vezes, até grifando (pp. 581 e 591-3). O problema é que, como Sraffa desloca os salários para o excedente (afastando-se, neste ponto, da tradição clássica), sua análise das implicações de distintas parcelas distributivas entre lucros e salários exige supor que estas são *sempre* compatíveis com aquela dada composição física do excedente (pp. 590-5 de meu ensaio) — a menos, inversamente, que se aceitasse a alternativa anterior de *retornos constantes* de escala em todo o sistema básico. Assim, a alegação de meu crítico no sentido de que em Sraffa o salário “é uma fração do *valor excedente*” (de fato), para justificar não ser necessária uma hipótese particular sobre a composição física do excedente, apenas repete uma vez mais a intenção do autor, sem responder à crítica que formulei.

c) A afirmação de que eu estaria pretendendo “exigir de Sraffa que o seu modelo seja aplicável em um contexto dinâmico” é inteiramente descabida. Ao contrário, não me canso de ressaltar o caráter estático do mesmo, sob diferentes aspectos (pp. 576, 585, 588-9 e 601-3). O que procurei apontar como conclusão é que a problemática da distribuição no capitalismo extravasa os estreitos limites de um modelo estático-reprodutivo como o de Sraffa, não podendo ser tratada, *nem* mesmo como “primeira aproximação”, senão através de um enfoque dinâmico (pp. 602-3).

d) Por último, constitui flagrante *non sequitur* dizer que, no modelo por mim “proposto” (trata-se de mera formalização do modelo inicial de Sraffa/Ricardo, onde o salário é fixado fisicamente a um nível de subsistência ou reprodução!), a questão da distribuição “é resolvida simplesmente de acordo com o padrão de consumo da classe trabalhadora, negligenciando, portanto, a existência do conflito distributivo na economia capitalista” (*sic*), ao passo que “para Sraffa a distribuição é uma questão em aberto, que só poderá ser solucionada a nível político ou por algum mecanismo institucional”. Ao contrário, o que fiz foi justamente rejeitar a tentativa de Sraffa de abordar *em aberto* a questão distributiva *no contexto estático-reprodutivo*, sustentando que a fórmula ricardiana original, de reduzir o salário real a uma cesta de consumo predeterminada, é a mais consistente *naquele contexto* (p. 601); e, ao mesmo tempo,

assinalar que o modelo estático-reprodutivo de tipo sraffiano é incapaz de dar conta do problema da distribuição no capitalismo — o qual “não pode ser resolvido nem ‘dentro’ nem ‘fora’ de um modelo deste tipo; simplesmente requer *outro* modelo, ou concepção teórica, que trate a distribuição e os preços conjuntamente, mas não no interior de um ‘sistema’ interdependente e atemporal (simultâneo)” (p. 602 e desenvolvimentos nas pp. 603-5, grifo no original). Estou propondo, assim, “abertura” *ainda maior* da problemática distributiva que a contida na obra de Sraffa.

Portanto, a conclusão de que “o sistema de Sraffa é válido para os propósitos para os quais foi elaborado” permanece a meu ver refutada — a não ser, é claro, que se aceite limitar consideravelmente aqueles propósitos, mesmo contra a vontade expressa do autor. Ou, então, que não se faça mais do que reafirmá-los.

P.S. — Aproveito para apresentar aos leitores, com as minhas excusas, uma errata ao Apêndice, Seção A.2, p. 613, do meu ensaio, que enviei à *PPE* para posterior publicação, o que ainda não ocorreu:

1) A equação (23) e o parágrafo que a sucede devem ser modificados como segue:

$$(\mathbf{I} + r \mathbf{I}^*) \mathbf{A}^{*'} \mathbf{p}^* = \mathbf{p}^* \quad (23)$$

onde \mathbf{I}^* é a matriz identidade, exceto pela substituição de 1 por 0 no elemento de ordem l da diagonal principal, pois a mercadoria trabalho é a única reproduzida sem lucro. A equação (23) pode ser reescrita:

$$(\mathbf{I} - \mathbf{A}^{*'} - r \mathbf{I}^* \mathbf{A}^{*'}) \mathbf{p}^* = \phi$$

ou, pré-multiplicando por $(\mathbf{I} - \mathbf{A}^{*'})^{-1}$:

$$(\mathbf{I} - r \mathbf{B} \mathbf{A}^{*'}) \mathbf{p}^* = \phi \quad (23')$$

onde $\mathbf{B} = (\mathbf{I} - \mathbf{A}^{*'})^{-1} \mathbf{I}^*$ é positiva, exceto pela l -ésima coluna formada por zeros, porque $\mathbf{A}^{*'}$ é indecomponível e produtiva. Segue-se que $\mathbf{B} \mathbf{A}^{*'}$ é positiva e, além disso, seus elementos são função crescente dos elementos de $\mathbf{A}^{*'}$. Obtém-se univocamente a taxa de lucro $r > 0$ e um vetor $\mathbf{p}^* > 0$ analogamente ao sistema (3) da seção anterior deste Apêndice.

2) Em continuação, na p. 614, onde se lê $\mathbf{A}^{*'}$ (2.^a e 3.^a linhas), leia-se $\mathbf{B} \mathbf{A}^{*'}$ e, onde se lê $\frac{1}{1+r}$ (5.^a linha), leia-se $\frac{1}{r}$. O restante se mantém.

Obs.: A alternativa sugerida na nota 62 (p. 613) daria uma demonstração mais simples, mas implicaria mudar substancialmente a redação do Apêndice.

Bibliografia

- POSSAS, M. Preços e distribuição em Sraffa: uma reconsideração. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 13 (2) :575-618, ago. 1983.
- SRAFFA, P. *Production of commodities by means of commodities*. Cambridge, Cambridge University Press, 1960.